

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,



MOÇÃO DE REPÚDIO

Ao Plenário, para que após lido e debatido, seja aprovada e enviada **Moção de Repúdio contra o Pacote de projetos (PEC 285/19, PLC 503/19, PLC 504/19, PLC 505/19, PLC 506/19, PL 507/19, PLC 508/19, PLC 509/19)** encaminhado pelo Poder Executivo Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no último dia 13/11, conforme os motivos e justificativas abaixo:

O verdadeiro objetivo deste Pacote, denominado “Reforma Estrutural do Estado”, é acabar com os serviços públicos gratuitos essenciais à população gaúcha, em consonância à Reforma Administrativa já anunciada pelo Governo Federal. O primeiro passo é exterminar com os servidores, o passo seguinte é inviabilizar os serviços públicos, pois não há saúde, educação, segurança, sem servidor.

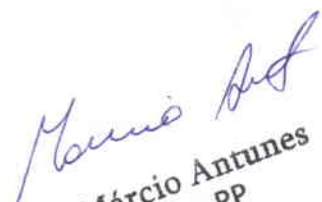
De forma açodada e baseada em dados contraditórios e nada transparentes, o Governo Estadual tenta vender a ideia de que os servidores são a causa da crise. Enquanto afirma que os servidores públicos consomem mais de 80% das receitas, contraria dados do Tribunal de Contas que apontam o comprometimento de 53,99%.


Salientamos que este conjunto de propostas, cheio de ilegalidades, provocará enxurrada de ações no Poder Judiciário, capazes de criar um passivo gigantesco que poderá tornar o Estado ingovernável no futuro, a exemplo da Integralidade das Pensões, Lei Brito e Piso do Magistério. Da mesma forma nos âmbitos federal e municipal.

Enquanto investe contra os servidores - essenciais à prestação de serviços públicos - incentiva a Sonegação, com novo e escandaloso REFAZ, premiando os maus contribuintes com parcelamento em dez anos e com perdão de multas e juros. Não há

no Pacote nenhuma sinalização de Combate à sonegação que retira dos cofres públicos mais de 8 bilhões por ano, nem Revisão das Isenções Fiscais que premiaram em mais de 9.6 bilhões, no ano de 2018, um grupo seletivo e secreto de "investidores". Muito menos fala nos ressarcimentos da Lei Kandir, à espera de regulamentação no Congresso e que somente em 2016, segundo o TCE, juntamente com a FEX, causou uma perda de 3,7 bilhões ao RS.

Também é importante destacar que o peso dos cortes propostos por Leite recairão sobre 72% dos servidores públicos estaduais que tem renda média de R\$ 2.772. E que a consequência será o aniquilamento dos serviços públicos gratuitos, e também representará mais um duro golpe na microeconomia das cidades e periferias, onde circulam os minguados salários dos servidores, há cinco anos sem reajuste e com salários parcelados.


Ver. Márcio Antunes
Bancada PP


Maurício Loureiro
Bancada do PDT





Ver. Dionísio Faganello
Bancada DEM





Ver. Zila Andres
Bancada PP






Vincícios Makvite
VAREZAR




PAULÃO


WALTER MILONER


Rodrigo TRAVISA

